

# <u>Câmara Municipal de Barueri</u>

Parlamento 26 de marco

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## ROCURADORIAJURÍDICA

Barueri, 12 de maio de 2025

## PARECERJURÍDICO



De:

Procuradoria Jurídica.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão

Saúde e Assistência Social.

PROJETO DE LEI Nº 018/2025.

Autoria: LEANDRINHO DANTAS.

#### Dispõe sobre:

"DISPONIBILIZAÇÃO DE CARDÁPIO FÍSICO IMPRESSO NOS RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES, CASAS NOTURNAS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES NO MUNICÍPIO DE BARUERI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

### Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do(a) Nobre vereador(a) Leandrinho Dantas que pretende exigir a disponibilização de cardápio físico impresso nos restaurantes, bares, lanchonetes, casas noturnas e estabelecimento similares no município de Barueri.

A modernização tecnológica tem ajudado e facilitado a vida as pessoas de diversas formas, inclusive para tornar acessível o cardápio dos estabelecimentos referidos, que, sendo eletrônicos, alémida função para a qual foi criada, tambémievita a utilização de matérias que possam impactar:negativamente o meio ambiente quando do seu descarte.









# <u>Câmara Municipal de Barueri</u>

# Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADO RIA JURÍDICA

Contudo, não se pode olvidar que há pessoas, especialmente as mais idosas, que encontram dificuldade para acompanhar o avanço tecnológico e/ou não tem equipamento para usufruir da comodidade por eletrazido.

Destarte, é pensando também no bem estar dessas pessoas que mecanismos já consolidados, como o caso do cardápio impresso; conhecidos e de acesso amplo, inclusive dos mais idosos, devem ser mantidos, tendo em vista que a Administração Pública deve atuar em prol da qualidade de vida e bem estar de todos, indiscriminadamente.



### Da competência legislativa concorrente

Imperioso registrar que o projeto não versa acerca. daquelas matérias de iniciativa reservada (ao Prefeito, porquanto não se trata de qualquer incursão na gestão ordinária administrativa a ele incumbida com exclusividade, assim como não provoca aumento de despesas da Administração.

Portanto, o nobre vereador, autor desta propositura, atua dentro de sua esfera legislativa, tendo em vista que maneja projeto contendo matéria de iniciativa geral, comum a todos os titulares da competência legislativa municipal, não havendo usurpação da competência legislativa do executivo.

## Considerações finais

Portanto, referido projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 13, inciso I, alínea 'd' artigo 15, inciso IV, ambos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, 'caput' da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:









# <u>Câmara Municipal de Barueri</u>

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

U R A D O R I A J U R Í D I C A C

- a) Parecer da Comissão de Justica e Redação (artigo 50. § 1°, do RI);
- b) Parecer da Comissão de Saúde e Assistência Social (artigo 50, § 10, do RI);
- c) Discussão Única (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2°, do RI);
- d) Quórum: maioria simples dos membros da CMB presentes (artigo 51 da LOMB e artigo 184, inciso I, § 1°,
- e) Votação simbólica (artigo 189, inciso I, do RI);

Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.m.j., este é o Parecer que emerge desta Procuradoria Jurídica.

CAS BAFAEL NASCIMENTO Procurador-geral da Câmara OAB/SP nº 264.968

A Secretaria Diretoria-geral - por meio de sua Assessoria - no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.

MARCOS PEREIRA SILVA

